



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680318 - SE (2021/0220070-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DILTON SILVA ROCHA JUNIOR
ADVOGADO : DILTON SILVA ROCHA JUNIOR - SE008886
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : JOSE FERREIRA ANDRE JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : KLEBER RODRIGUES FERREIRA
CORRÉU : RONALDO BIGI DOS SANTOS FILHO
CORRÉU : JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE FERREIRA ANDRE JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 202100308703).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde 22 de julho de 2016, pela suposta prática de homicídio qualificado, crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, tendo sido pronunciado em 5/9/2019.

O impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para formação da culpa, pois estaria preso preventivamente há mais de 1.820 dias sem condenação nos autos.

Afirma que não foi efetuada a revisão da necessidade de manutenção da custódia cautelar, como determina o parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou, subsidiariamente, a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente